

LINHA HISTÓRICA DA REGULAMENTAÇÃO DA **TERCEIRIZAÇÃO**

1. **19/03/1998** - Apresentação do Projeto de Lei nº 4.302 de 19 de março de 1998 pelo Poder Executivo (Governo FHC, PSDB-SP) na Câmara.
2. **26/10/2004** – Apresentação do Projeto de Lei nº 4.330 de 26 de outubro de 2004 pelo Deputado Federal Sandro Mabel (na época era do PL-GO, hoje é do PMDB-GO) na Câmara.
3. **2004** – Criação na CUT Nacional do Grupo de Trabalho para discutir a Terceirização.
4. **31/05/2006** - O PL 4330/2004 foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).
5. **12/07/2007** – Apresentação do Projeto de Lei nº 1.621 de 12 de julho de 2007 pelo Deputado Federal Vicentinho (PT-SP) na Câmara, fruto do trabalho do GT Terceirização da CUT Nacional. Situação: Aguardando Parecer na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).
6. **2009** – Criação do Projeto de Lei das Centrais para regulamentar a terceirização no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Situação: parado na Casa Civil.
7. **28/04/2011** – Criação da Comissão Especial na Câmara dos Deputados destinada a promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil – CETERCE. O relator Deputado Federal Roberto Santiago (PSD-SP) apresentou um Substitutivo para o PL 4330/2004.
8. **08/06/2011** – O PL 4330/2004 foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

9. **04 e 05/10/2011** – Realização de Audiência Pública no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para debater a Terceirização.
10. **11/2011** – Criação do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. Integrantes: Centrais e várias entidades da Sociedade Civil.
11. **06/09/2012** – Realização de Audiência Pública no Senado para debater a precarização do trabalho no Brasil, abordando a terceirização, Simples Trabalhista e reforma da CLT. Organizador: o Senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.
12. **22/11/2012** - Realização de Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para debater o PL 4330/2004, com a presença do presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas.
13. **02/04/2013** – Apresentação do Parecer do relator do PL 4330/2004, Deputado Federal Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), favorável ao projeto na CCJC. Inicia-se uma série de atividades e ações da CUT Nacional devido a esse fato.
14. **16/04/2013** – A CUT Nacional e outras entidades apresentaram um conjunto de emendas ao PL 4330/2004.
15. **14/05/2013** – Estabelecimento da Mesa Permanente de Negociação entre as Centrais e o Governo Federal, cujo um dos itens de pauta é a regulamentação da terceirização. Foi uma resposta do Governo Federal tanto à Marcha das Centrais em Março, quando foi entregue ao governo a pauta da classe trabalhadora, quanto à pressão que a CUT Nacional e as demais Centrais impuseram ao governo.

- 16. 23/05/2013** – O relator do PL 4330/2004, Deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), apresentou novo relatório, no qual analisou as 121 emendas apresentadas ao projeto.
- 17. 04/06/2013** - O relator do PL 4330/2004, Deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), apresentou requerimento de inclusão extra-pauta na CCJC do PL 4330/2004, que, por decisão do presidente da CCJC, Deputado Décio Lima (PT-SC), havia sido retirado de pauta. Contudo, por muito pouco o PL 4330/2004 não entrou na pauta, pois a aprovação não atingiu a maioria absoluta.
- 18. 11/06/2013** – 1ª rodada de negociação da Mesa Permanente de Negociação entre as Centrais e o Governo Federal, cujo um dos itens de pauta foi a regulamentação da terceirização. Foi acordado que a 2ª rodada de negociação será no dia 10 de julho e que, para a negociação da regulamentação da terceirização, será estabelecida uma mesa quadripartite.
- 19. 11/06/2013** – O relator do PL 4330/2004, Deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), fez leitura do seu relatório com parecer favorável ao projeto. Foi suspenso por 30 dias a votação do PL 4330/2004 na CCJC, para negociação na mesa quadripartite, devido ao ato organizado pela CUT Nacional na comissão e à negociação direta da CUT Nacional e demais Centrais junto às lideranças partidárias na comissão. O PL 4330/2004 será votado na CCJC no dia 09/07/2013.